

AMBIENTE Com a criação de parque, caça de subsistência foi proibida, e moradores reclamam da dificuldade de viver na caatinga

Área preservada agrava fome no Piauí

GABRIELA ROMEU
 ENVIADA ESPECIAL AO PIAUÍ

A criação do Parque Nacional Serra das Confusões e a proibição da caça de subsistência estão gerando conflito entre os moradores das comunidades que vivem nos arredores do local, no sudoeste do Piauí, a cerca de 620 km de Teresina. Apesar da importância da preservação ambiental, os moradores reclamam que a proibição da caça dificulta a sobrevivência na caatinga.

Aliada à agricultura e à pecuária de subsistência, a caça de animais como o tatu, o tamanduá-bandeira e a cutia é ainda uma das alternativas econômicas da região.

Após a criação do parque, no final de 1998, a fiscalização contra a caça de espécies silvestres se tornou intensa em Caracol, Guaribas, Santa Luz, Cristino Castro e Jurema, cidades no limite da unidade de conservação —denominação do Ibama para parques e reservas biológicas, entre outros.

"Quando a colheita não rende, a caça ajuda. Ninguém enfrenta cobra e onça na caatinga se não for por necessidade. Se precisar mesmo, o cabra caça", afirma Gregório dos Anjos, 63, que vive em Cajueiro, povoado do município de Guaribas, a 720 km de Teresina.

Guaribas, assim como as outras cidades localizadas no entorno do parque, fica na microrregião de São Raimundo Nonato, que é um bolsão de miséria num dos Estados mais pobres do país.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), indicado pela ONU (Organização das Nações Unidas), nessa região ficou em torno de 0,395 em 1991 —os dados serão atualizados neste ano com o novo censo do IBGE. O IDH mede o desenvolvimento de países, regiões e Estados com base na expectativa de vida, no nível educacional e na renda per capita. O índice varia de 0 a 1.

O IDH dessa microrregião está abaixo da média do Piauí no mesmo ano: 0,468.

"Nossa preocupação é que o parque está numa das áreas de maior pobreza do país. É comum pegar gente que caça porque realmente precisa, mas tenho de multar mesmo assim. Algumas pessoas não têm nem documento", diz José Wilmington Paes Landim Ribeiro, chefe do Parque Nacional Serra das Confusões.

Gregório dos Anjos, a exemplo de outros moradores dos povoados de Guaribas, diz que perdeu boa parte das safras de feijão e milho nos primeiros meses deste ano por causa da pouca chuva.

Água do barreiro

Chegar aos povoados ao redor do parque é difícil. A reportagem da Folha visitou Guaribas num veículo do Ibama. A estrada é encurvada no meio de serras rochosas da região —a via foi aberta com a picareta. Há ainda estradas de areia no percurso.

Quando o carro do Ibama fez uma parada no povoado Barreiro, onde há pelo menos 19 casas de pau-a-pique (em algumas vivem duas famílias), um grupo de pelo menos 40 pessoas, descalças e maltrapilhas, reuniu-se com a reportagem para reclamar da proibição da caça, da falta de chuva, da ausência do prefeito na região.

O lugarejo recebeu esse nome devido ao local onde os moradores tiram água para beber, cozinhar e tomar banho: um lago barrento. Quando a água falta no local, o que ocorre principalmente entre os meses de junho e novembro, eles caminham seis quilômetros para pegar água num olho-

d'água. Não há nenhum poço artesiano ali.

Ivanilson Alison dos Anjos, 12, que mora na casa da tia, Iraci Lopes dos Anjos, 39, busca água para a família. "Essa água é barrenta, mas é limpa. Não há outra para beber", explica o menino, que estuda numa escola onde há um só professor e duas salas de aula.

A tia de Ivanilson diz que "vive da roça". "A gente perdeu quase tudo na colheita deste ano. Então vive como pode, porque não pode caçar, não pode saltar por cima da lei. Antes, um pai de família pegava um bicho no mato para dar o que comer aos filhos. Agora a gente tem que sofrer sem nem poder comer um passarinho", fala.

Apesar da pouca colheita no início do ano e da ausência de alternativas econômicas auto-sustentáveis, a maioria dos moradores diz que segue a lei de proibição de caça. "A lei fala para a gente não matar, mas eu nem sei direito o motivo", diz Marcelo Pereira dos Santos, 20. As autuações giram em torno de R\$ 500 por animal apreendido. Mas, se o bicho caçado estiver em extinção, como é o caso do tamanduá-bandeira, o caçador tem de pagar um acréscimo de R\$ 3.000 a R\$ 5.000 por espécie.

Social x ambiental

Há especialistas que questionam a forma como os parques são criados. "De que adianta criar um parque onde há uma forte pressão humana sobre o ambiente inserido num bolsão de miséria? É preciso oferecer antes alternativas de auto-sustentabilidade para essas comunidades", diz Adriana Ramos, 34, coordenadora do Programa Brasil Socioambiental do ISA (Instituto Socioambiental).

"Depois de criado o parque, a presença humana na área acaba virando um problema para a preservação do ambiente. Mas as pessoas já existiam ali havia muito tempo", diz Adriana.

A lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), propõe que comunidades que vivem em áreas importantes para a preservação sejam ouvidas antes que o local vire parque nacional.

Segundo Pedro Eymard Camelo Melo, 41, coordenador-geral de unidades de conservação do Ibama, o órgão tem procurado trabalhar com a população do entorno pelo menos depois da criação dos parques, para amenizar os impactos sociais. "A criação do parque não piora em nada a qualidade de vida das pessoas, e a caça é proibida no país todo", diz Melo.

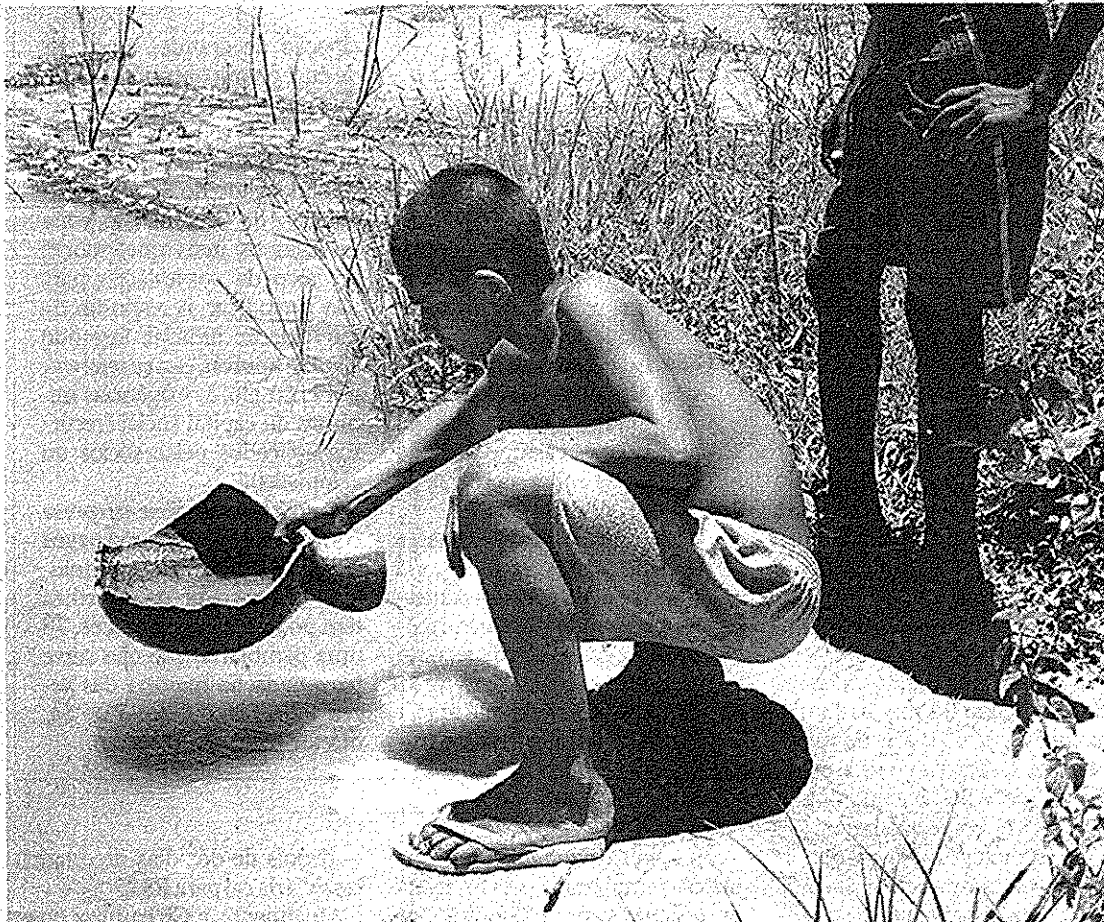
Eugênia Vitória de Medeiros, 45, gerente-executiva substituta do Ibama-PI, diz que o problema da caça na região é não só socioeconômico mas também cultural. "Historicamente o hábito das pessoas da caatinga é comer animais silvestres, apesar de haver a pecuária de caprinos."

De acordo com Eugênia, o ecoturismo, assim como outras alternativas econômicas que não degradem o ambiente, deverá trazer benefícios para as comunidades que vivem no entorno. "Mas isso é algo a longo prazo", diz.

É nisso que acredita Demirval Gonçalves da Trindade, 44, que vive com a mulher e nove filhos em Capim, outro povoado do município de Guaribas. Ele acha que o turismo no parque deve trazer desenvolvimento à região.

"Mas, por enquanto, ainda está difícil. De primeiro, a gente caçava e cutia. Tinha sempre uma ajudinha dos bichos do mato."

A jornalista Gabriela Romeu visitou os parques nacionais em um veículo Tracker cedido pela General Motors



Ivanilson dos Anjos pega água no lago em Barreiro, próximo ao Parque Nacional Serra das Confusões



Data de criação: 1998

Área: 502 mil hectares

Localização: Piauí, nos municípios de Caracol, Guaribas, Santa Luz, Cristino Castro e Jurema

Visitação: o parque ainda não está aberto aos visitantes, pois o plano de manejo (planejamento que define as áreas que podem ser abertas à visitação e as que devem ser protegidas integralmente, por exemplo) não foi finalizado. Com autorização do Ibama, é possível visitar o parque

Fauna: algumas das espécies registradas na região são zabelê, jacutinga, veado-campeiro, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, tatu-bola e onça-pintada

Vegetação: o parque está localizado numa zona de transição entre a caatinga e o cerrado

Acesso: a partir de São Raimundo Nonato, a opção é seguir pela PI-144 (estrada de terra precária) até Caracol. De lá é preciso pegar estrada vicinal de cerca de 20 Km para chegar à entrada do parque

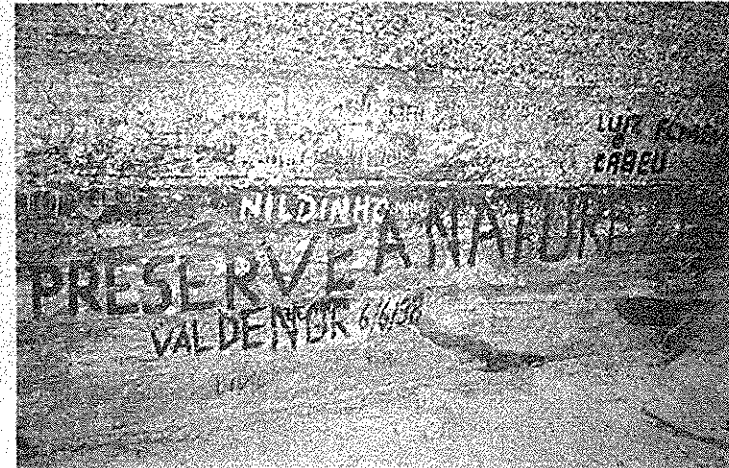
Pontos turísticos: além da beleza cênica do parque, que fica entre serras de arenito, há inúmeros sítios arqueológicos em suas cavernas e grutas. As tocas do Enoque e das Andorinhas têm pinturas rupestres. Outro ponto turístico é a gruta do Riacho dos Bois



Vista das formações rochosas de um ponto alto da área do parque



Pinturas rupestres de uma das tocas registradas na região; ainda não foram feitos estudos sobre os sítios arqueológicos



Pichações nas paredes da gruta do Riacho dos Bois, uma das atrações turísticas do parque

Parque espera documento que define diretrizes

DA ENVIADA ESPECIAL AO PIAUÍ

"O Parque das Confusões está meio órfão ainda", define o chefe da unidade, José Wilmington Paes Landim Ribeiro, o único funcionário do parque. Na entrada próxima à cidade de Caracol, onde há uma guarita abandonada, uma placa indica o nome do parque. Mas é só.

"Nada pode ser feito antes do plano de manejo da unidade", explica Ribeiro. O plano de manejo, documento que define desde os usos públicos da unidade para o ecoturismo até as alternativas socioeconômicas para as populações do entorno, está prometido para julho.

Segundo Eugênia Vitória de Medeiros, mais de 20 sítios arqueológicos já foram descobertos. Mas nada foi estudado ainda.

Duas tocas com pinturas rupestres visitadas pela reportagem da Folha em meados de fevereiro estavam em mau estado de conservação.

Os moradores da região contam que as serras brancas e avermelhadas foram denominadas como das Confusões porque ficam diferentes conforme a luminosidade do dia, confundindo, assim, a vista das pessoas. (GR)

Serra da Capivara explora turismo

DA ENVIADA ESPECIAL AO PIAUÍ

Outra unidade de conservação que enfrenta o problema da caça de animais silvestres no sul do Piauí é o Parque Nacional Serra da Capivara, que fica a 98 km da Serra das Confusões. No parque, porém, o turismo já está em desenvolvimento e há alguns projetos de auto-sustentabilidade.

A Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), que tem à frente a arqueóloga Niède Guidon, em parceria com empresas privadas, criou projetos de apicultura e de fabricação de cerâmica. Há pessoas que trabalham ainda na manutenção do parque.

"Mas o turismo é o que mais atrai recursos para a região", diz Niède, que tem plano de construir um aeroporto em São Raimundo Nonato, município onde costumam ficar os visitantes.

Segundo o chefe do parque da Capivara, ainda existe o hábito de caçar animais silvestres com espingardas e cachorros. "As pessoas aprendem, quando crianças, a caçar bichos na caatinga com baladeiras [tipo de estilingue]", diz Isaac Neto, chefe do parque da Capivara, que foi criado em 1979.

"O maior culpado é aquele que paga para os outros caçarem para ele ou aqueles que caçam por esporte", diz Rosa Trakalo, da Fumdhm. "Já foi pior. Contam que há 30 anos era comum as pessoas saírem de São Raimundo Nonato com o caminhão cheio de tatus."

Waldecir da Costa, que tem dois filhos em São Raimundo Nonato, diz que há muita gente que se arrisca na caatinga ainda para caçar bichos. "Alguns parentes caçam e dão um pouco para a gente."